

DOSSIÊ

# Saúde e Gênero



# 48

# vivência

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

## **Vivência: Revista de Antropologia**

É a revista do Departamento de Antropologia – DAN e da Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS.

### **A revista tem registro nos seguintes indexadores internacionais:**

*Sociological/Abstracts*

*Social Services Abstracts*

*World Political/Science Abstracts*

*Linguistics and Language Behavior Abstracts*

### **Endereço para correspondência:**

Vivência: Revista de antropologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Departamento de Antropologia - DAN

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS

(1º andar salas 903, 912 e 919)

Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova

CEP: 59.152-600

Natal-RN

Tel: (84) 3342-2240

E-mail: [vivenciareant@yahoo.com.br](mailto:vivenciareant@yahoo.com.br)

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCHLA  
Divisão de Serviços Técnicos

002

Vivência: revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS, v. I., n. 48 (jul/dez. de 2016),- Natal: UFRN. 2016.

1-Antropologia- periódico.

Semestral.

Descrição baseada em: n. 48, 2016.

Este número é em parceria com a EDUFRN

Nº 48 | ISSN 0104-3064 | 2016

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

Reitor(a): Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Sebastião Faustino Pereira Filho

**Departamento de Antropologia – DAN**

Chefe: Rita de Cássia Maria Neves

Vice-Chefe: Francisca de Souza Miller

**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS**

Coordenador: Carlos Guilherme Octaviano do Valle

Vice-coordenadora: Julie Antoinette Cavignac

**Revista Online**

Editora: Francisca de Souza Miller

Editora Gerente: Lisabete Coradini

**Revista Impressa**

Editora: Francisca de Souza Miller

Editora Gerente: Lisabete Coradini

**Assistente Editorial**

Francisco Fagner

**Vivência: Revista de Antropologia** ISSN: 0104 3064 (versão impressa):

<http://www.cchla.ufrn.br/vivencia/>

**Vivência: Revista de Antropologia** ISSN: 2238 6009 (versão online):

<http://periodicos.ufrn.br/vivencia>

**Comissão Editorial:**

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Eliane Tania Martins de Freitas (UFRN)

Elisete Schwade (UFRN)

Francisca de Souza Miller (UFRN)

Jean Segata (UFRN)

José Glebson Vieira (UFRN)

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Juliana Gonçalves Melo (UFRN)

Lisabete Coradini (UFRN)

Luiz Carvalho Assunção (UFRN)

Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

**Conselho Editorial:**

Ângela Maria de Souza Torresan (Universidade de Manchester/Inglaterra)

Antonio Carlos Diegues (USP)

Carmen Sílvia Rial (UFSC)

César González Ochoa (UNAM/México)

Cornélia Eckert (UFRGS)

Clarice Ehlers Peixoto (UERJ)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (UFRJ/Museu Nacional)

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Gabriela Martins (UFPE)

Gloria Ciria Valdéz Gardea (El Colegio de Sonora/México)

Ilka Boaventura Leite (UFSC)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ/Museu Nacional)

Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago/EUA)

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Rafael Antonio Pérez-Taylor Aldrete (UNAM/México)  
Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (PUC-SP)  
Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE)

**Normatização:**

Editoria da Vivência: Revista de Antropologia

**Revisão de texto em português:**

Rousiêne Gonçalves (Caule de Papiro Gráfica e Editora)

**Revisão de texto em inglês:**

Gleudson José da Costa (Caule de Papiro Gráfica e Editora)

**Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:**

Caule de Papiro Gráfica e Editora

**Obra da capa:**

Avelar Amorim

**Parceria:**

Editora Universitária da UFRN – EDUFRN  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

**Tiragem:**

300 exemplares

- 007 **APRESENTAÇÃO**  
*PRESENTATION*  
*Rozeli Porto (UFRN)*  
*Anna Paula Vencato (UFMG)*  
*Ana Flavia Lucas D'Oliveira (USP)*
- 
- 011 **DOSSIÊ**  
*DOSSIER*
- 
- 013 **DES-FAZER DE CORPOS: UMA HISTÓRIA SOBRE BEM-ESTAR, SOFRIMENTO E INTERSEXUALIDADE**  
*UN-DO OF BODIES: A HISTORY ABOUT WELL-BEING, SUFFERING AND INTERSEXUALITY*  
*Barbara Gomes Pires*
- 
- 025 **A PSIQUIATRIZAÇÃO DO SEXO NÃO NORMATIVO: BDSM E A 5ª REVISÃO DO MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE DOENÇAS MENTAIS**  
*THE PSYCHIATRIZATION OF NON-NORMATIVE SEX: BDSM AND THE 5<sup>TH</sup> REVISION OF THE DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS*  
*Vera Lucia Marques da Silva*
- 
- 039 **HIV/AIDS EM MOÇAMBIQUE: PENSANDO GÊNERO E SAÚDE A PARTIR DE IMAGENS**  
*HIV/AIDS IN MOZAMBIQUE: THINKING GENDER AND HEALTH IMAGES FROM*  
*Esmael Alves de Oliveira*
- 
- 059 **(SIDA)DANIA E SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**  
*CITIZENSHIP (THROUGH STD/AIDS) AND HEALTH OF TRANSESTITES AND TRANSEXUALS*  
*Juliana Vieira Sampaio*  
*Camila Aleixo de Campos Avarca*
- 
- 075 **AS MULHERES SURDAS E O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: CAMINHOS PARA O ACESSO AOS DIREITOS SEXUAIS REPRODUTIVOS**  
*DEAF WOMEN AND THE HEALTH PUBLIC SYSTEM: WAYS TO ACCESS SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS*  
*Ana Luisa Borba Gediel*
- 
- 089 **O CASO ADELIR E O MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, PODER E DIREITO**  
*THE COURT CASE OF ADELIR AND THE HUMANIZATION OF CHILDBIRTH MOVEMENT: REFLECTIONS ON VIOLENCE, POWER AND RIGHTS*  
*Raquel Simas*  
*Sara Sousa Mendonça*
- 
- 105 **SAÚDE MENTAL E GÊNERO: O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A INVISIBILIDADE DAS VIOLÊNCIAS**  
*MENTAL HEALTH AND GENDER: PSYCHOLOGICAL DISTRESS AND INVISIBILITY OF VIOLENCES*  
*Ioneide de Oliveira Campos*  
*Valeska Maria Zanello de Loyola*

- 119 **ATENCIÓN A LAS NECESIDADES DE SALUD DE LOS HOMBRES EN LA CONSULTA DE PLANIFICACIÓN FAMILIAR**  
*ATTENTION TO THE HEALTH NEEDS OF MEN IN FAMILY PLANNING CONSULTATION*  
*Yoanna Martínez Boloña*  
*Zoe Díaz Bernal*
- 
- 131 **ARTIGOS**  
*PAPERS*
- 
- 133 **A ASSISTÊNCIA AO PARTO NA PERSPECTIVA DE ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA: DESMEDICALIZAÇÃO E MICROPOLÍTICAS NA LINGUAGEM DE GÊNERO**  
*THE DELIVERY CARE IN VIEW OF OBSTETRIC NURSES IN A PUBLIC HOSPITAL: DEMEDICALIZATION AND MICROPOLITICS FROM THE GENDER LANGUAGE*  
*Roniele Costa Sarges*  
*Laura Cecilia López*
- 
- 149 **ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: A INFLUÊNCIA DOS FATORES CAUSADORES DE NAUFRÁGIOS DO SÉCULO XVI NO MAR ADJACENTE AO PORTO DO RECIFE, PE, BRASIL**  
*ARCHAEOLOGY OF THE LANDSCAPE: THE INFLUENCE OF SHIPWRECKS CAUSING FACTORS IN XVI CENTURY IN THE ADJACENT SEA TO THE PORT OF RECIFE, PE, BRAZIL*  
*Carlos Rios*  
*Valdeci dos Santos Júnior*  
*Daline Lima de Oliveira*
- 
- 163 **A SOCIO-ANTROPOLOGIA URBANA: DA SOCIOLOGIA URBANA AO ESTUDO DA CIDADE DEFINIDA COMO UM MUNDO DE RELAÇÕES**  
*THE URBAN SOCIO-ANTHROPOLOGY: FROM THE URBAN SOCIOLOGY TO THE STUDY OF THE CITY DEFINED AS A WORLD OF RELATIONSHIPS*  
*Jair Araújo de Lima*  
*Rita de Cássia Fazzi*
- 
- 183 **LA INFLUENCIA DE LA RELIGIÓN EN LA DESVALORIZACIÓN DE LOS CUIDADOS EN LA SALUD: UNA LECTURA DESDE EL GÉNERO**  
*THE INFLUENCE OF RELIGION ON THE DEPRECIATION OF HEALTHCARE: A LOOK FROM A GENDER PERSPECTIVE*  
*Vilma Aguirre Flores*  
*Braulio Urzúa Rivera*  
*Yafza Reyes Muñoz*  
*Claudia Cortés Figueroa*

# APRESENTAÇÃO

## PRESENTATION

*Rozeli Porto (UFRN)*

*Anna Paula Vencato (UFMG)*

*Ana Flavia Lucas D'Oliveira (USP)*

Os artigos reunidos neste dossiê trazem uma contribuição importante para pensar sobre como os estudos acerca do Gênero, das Sexualidades e da Saúde constituem-se, hoje, em, um campo central para a produção teórico-metodológica da Antropologia. A proposta refletiu sobre como essas categorias se articulam, de modo interseccional, com ênfase no atendimento prestado por agentes mediadores em hospitais, maternidades e/ou unidades básicas de saúde às pessoas que se identificam, a partir de diversas categorias de identificação/identidades, relativas ao gênero e às sexualidades. Assim, o dossiê se propôs a contemplar a pessoas heterossexuais e como LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros/as e Intersexo).

Os textos contemplados no dossiê trazem estes debates, a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas, que se debruçam por questões como o atendimento nos serviços de saúde; a formação e supervisão/educação permanente dos profissionais de saúde no atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e/ou violências cometidas contra a população LGBTI; o acesso a políticas de saúde e a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito contra grupos tidos como subalternos, os obstáculos e desafios relacionados à promoção de saúde, que vão desde a qualidade da informação, passando por valores simbólicos, até a efetivação de propostas de gestores de saúde; as consequências da violência de gênero sobre a saúde das mulheres e da homo-lesbo-transfobia, no atendimento público de saúde; e as experiências positivas, no atendimento nos serviços de saúde e na formação de profissionais da área de saúde relacionada às mulheres em situação de violência e às mulheres e homens com diversas identidades de gênero e sexualidades.

Abrindo o dossiê, temos o artigo de Barbara Gomes Pires, que se propõe a examinar, a partir da trajetória de uma pessoa intersexual no serviço de saúde, algumas ativações e atravessamentos da categoria “bem-estar”. A autora realizou uma investigação etnográfica em um hospital público no Rio de Janeiro, durante o ano de 2014. Por meio de abordagens clínicas deste itinerário terapêutico, Pires reflete sobre as implicações de protocolos biomédicos específicos, em relação aos modos de procedimentos definidos que englobam o que se chama hoje de “distúrbios do desenvolvimento sexual”. Através da análise deste itinerário, a autora compreende como as aplicações práticas desses protocolos se relacionam com concepções de um “bem-estar restrito e funcional”. Esta funcionalidade não será somente de ordem biológica, como também e, efetivamente, de ordem social. Ao perseguir essa trama biomédica, a autora percebe como ideias de sofrimento, vulnerabilidade e qualidade de vida acabam por afetar determinadas experiências e, também, acabam por modelar subjetividades. Conclui que essas práticas clínicas e cirúrgicas feitas, precocemente, apenas intensificam os processos de incertezas sobre o sexo/gênero, onde “a garantia de coerência sexual se constrói inversamente ao apagamento ou à ‘mortificação do eu’ intersexual”. Observa, ainda, que as implicações das práticas e explicações dessas condições compõem os processos de “veridicção da intersexualidade” e “do corpo sexuado” de forma geral.

Na sequência, o artigo de Vera Lucia Marques da Silva reflete sobre como determinadas práticas efetivadas pelo grupo BDSM (acrônimo para Bondage/Disciplina, Dominação/Submissão, Sadismo/Masoquismo) aparecem na quinta Revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V). O texto explora certos elementos do processo histórico que ensejou a organização das práticas sexuais, a partir de algumas categorias, tais como “normal” e “patológico”, e como estas marcam processos de estigmatização de diferentes grupos sociais, tais quais aqueles praticantes de BDSM. As definições de patologia prescritas nos manuais médico-psiquiátricos não são percebidas pelo grupo BDSM no Brasil como um grande problema a ser enfrentado. Observa que a reiteração incessante de que suas práticas são norteadas pelo princípio “São, Seguro e Consensual”, elementos que lhes garante o afastamento da ideia de patologia, assim como da ideia de que essas práticas poderiam se confundir com violências físicas ou de outras ordens. Um debate crítico acerca do DSM V demanda que se problematize os riscos da inclusão de certas relações ou sujeitos no discurso médico-psiquiátrico a partir de categorias que patologizam desejos e práticas ou a partir de normativas que regulamentem como seus corpos, desejos e práticas devem ser. O acesso a uma saúde de qualidade passa, também, por garantir que o indivíduo tenha autonomia para tomar decisões acerca de seus corpos, desejos e práticas.

O terceiro artigo, de Esmael Alves de Oliveira, faz uma reflexão sobre os limites das ações de enfrentamento ao HIV/Aids em Moçambique. Por meio da análise de imagens, evidencia as contradições de um discurso que busca transmitir uma mensagem de “prevenção” numa política do controle e num discurso “catastrófico”.

O autor fez uso das imagens produzidas em Moçambique para a política de enfrentamento ao HIV/Aids naquele país, assim como dos discursos dessas campanhas, buscando pensar as distintas lógicas de sentido que tecem as organizações “narrativas e simbólicas em torno do HIV/Aids”.

Alguns aspectos questionados pelo autor nesse texto dizem respeito a se é possível, por exemplo, situar os cartazes de prevenção utilizados pelo Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU) como metáforas do HIV/Aids. Questiona, ainda, sobre quais seriam os dilemas inerentes a esta política de enfrentamento da epidemia, especialmente, no que diz respeito às estratégias utilizadas no “combate” a prevenção. Observa que tais questões apontam para a importância de se levar em consideração os elementos culturais, uma vez que as imagens divulgadas nas propagandas do MISAU trazem “uma representação do HIV/Aids”, sempre envolta numa dimensão “da negação, do mal, do perigo, daquilo que é interdito, portanto, proibido”. Aqui, claramente, a representação do HIV/Aids, nas campanhas e discursos de prevenção, reatualizam a noção de risco e estigma, tradicionalmente associadas à epidemia desde seu surgimento. Para o autor, essas campanhas tendem a assumir um papel normativo/regulador com relação às práticas tidas como “de risco”, tendo efeitos, também, na produção das noções de “conscientização” e de “cuidado”. Ao cabo, as instituições, sejam elas governamentais ou não, que produzem essas campanhas, acabam, também, por desempenhar funções que, pautadas em estratégias de saber e de poder, produzem sentidos e dão as bases para o policiamento, o controle e a normatização das próprias práticas de prevenção que fomentam.

No quarto artigo do dossiê Juliana V. Sampaio e Camila A. Campos Avarca procuram demonstrar como transexuais e travestis são apontadas como um dos grupos que mais sofre prejuízos em razão do preconceito por tentarem subverter a heterossexualidade compulsória, assim como os modelos de feminilidade e masculinidade vigentes. A falta de acesso aos serviços de saúde e atendimentos inadequados, decorrentes do preconceito dos profissionais que

atuam no Sistema Único de Saúde, são apontados como algumas das principais violências enfrentadas por essas sujeitas. Segundo as autoras, ainda há uma efervescente disparidade no atendimento para tais grupos que se encontram em situação de desigualdade, apesar de algumas políticas transversais – a exemplo da Política Nacional de Humanização e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - terem por objetivo qualificar o atendimento em saúde. Dessa forma, o artigo discute o acesso da população de travestis e transexuais aos serviços públicos de saúde na cidade de Fortaleza, Ceará – através da Teoria Ator-Rede (TAR) - concluindo que uma das controvérsias centrais envolvidas no atendimento de travestis e transexuais é a limitação das suas necessidades ao campo da DST/Aids, como um processo de repatologização das sexualidades dissidentes.

O quinto artigo do dossiê trata da problemática de inserção de pessoas Surdas nos espaços públicos, sobretudo, no que se refere a compreender as diferentes formas de acesso às informações a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres Surdas de classes sociais menos favorecidas. Ana Luisa Borba Gediel, através de uma etnografia virtual, aborda temas considerados tabus quando acessados, via relações face a face (GOFFMAN, 1998), de questões voltadas ao gênero e à sexualidade desse segmento de mulheres, as quais puderam ser acessadas através dessas redes sociais virtuais, que funcionaram como um espaço privilegiado de agência dos corpos Surdos femininos. Segundo Gediel, o universo das Mulheres Surdas, como qualquer esfera da vida cotidiana, é constituído por inúmeros projetos de agência culturalmente construídos e, também, suscetíveis a variações de distribuição. Nas performances das Mulheres Surdas conectadas às redes sociais, assim como em qualquer outra experiência social, existem valores e construções culturais atreladas à composição e disposição de *agency* como parte do processo comunicacional. Conclui que esse processo foi verificado por meio do uso demorado “de *emojis* nas mensagens, vídeos em Libras e envio de sinais” entremeado com o português escrito, o que permitiu atingir outros espaços e usufruir “representações gráficas de um acervo disponível online”, que são acessados por Surdas e produzidos pelas pessoas pesquisadas.

Raquel Simas e Sara Sousa Mendonça escrevem o sexto artigo do dossiê, apresentando-nos as apropriações e embates, que ocorreram entre o Movimento pela Humanização do Parto e do Nascimento e o sistema jurídico brasileiro, a partir do caso de Adelir Góes. Em 2014, Adelir foi obrigada pela Justiça a ser submetida a uma cesárea após o deferimento de uma medida liminar proposta pela médica que a havia atendido. O caso Adelir, para as autoras, manifesta algumas dimensões do déficit de cidadania no país: “O acesso aos direitos reprodutivos ocorre na perspectiva do modelo hegemônico obstétrico pautado pela internação e medicalização do parto” - controle este analisado através da teoria foucaultiana. Destacam que o Movimento pela Humanização do Parto defende mudanças na assistência obstétrica, buscando o direito ao reconhecimento da distinção de suas demandas com relação ao modelo tradicional de atendimento que se pretende universalizar. De acordo com as mesmas, os procedimentos hospitalares padronizados, ordenados por uma lógica de individualismo do tipo igualitário, entram em conflito com as demandas específicas deste grupo de mulheres, gerando uma agressão, que mais do que um insulto moral, é considerada uma violência.

Concluem que, se por um lado, as agentes do Movimento pela Humanização buscam legitimar suas demandas e, para isto, se empenham na criação de uma lei que regulamente e puna a violência obstétrica e acionam o Judiciário para serem reparadas pelas agressões sofridas, por outro, tanto o saber médico quanto o saber jurídico não estão destacados das relações de poder na

sociedade e, desta forma, o corpo da mulher é tutelado, principalmente durante a gestação.

O sétimo artigo deste dossiê foi escrito por Ioneide de Oliveira Campos e Valeska Zanello. O objetivo das autoras foi realizar uma leitura sobre os diagnósticos e sintomas, a partir de uma perspectiva de gênero e saúde mental. Metodologicamente, optaram por um estudo transversal, de abordagem “quantitativa”, com produção de dados por análise de prontuários dos usuários (as). No que diz respeito aos resultados, observam que estes demonstram “prevalência de diagnósticos relacionados aos transtornos do humor em mulheres e, nos homens, de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes”. Esses dados, segundo as autoras, associados ao levantamento do perfil sociodemográfico e a análise dos dados dos prontuários, “apontam para a medicalização e psiquiatrização da vida, sobretudo no caso das mulheres, cuja presença em episódios de violência chegou a 32,54%”. Apreende-se, neste artigo, que o modelo de atenção psicossocial brasileiro pode não possibilitar um acolhimento adequado às mulheres em geral, se não qualificar as especificidades de gênero e suas interseccionalidades, aplicando-se ainda mais às mulheres vítimas de violência.

Por fim, o dossiê se complementa com a contribuição de Yoanna Martínez Boloña e de Zoe Díaz Bernal. O objetivo das autoras é o de determinar, através das percepções dos/das prestadores/as de um serviço de planejamento familiar, se a atenção que dispensam satisfaz as necessidades dos sujeitos homens. A investigação consistiu em estudo de caráter descritivo de corte transversal, realizado na Policlínica Docente “Antonio Maceo” na província La Habana (Cuba), através de entrevistas em profundidade e observação. Boloña e Bernal argumentam que a consulta de planejamento familiar é um espaço criado para orientar e facilitar o processo de tomada de decisões de casais a respeito da constituição da família. Todavia, tal prestação de serviços tem sido descrita pela literatura científica como pouca inclusiva para os homens, apesar da influência que estes exercem sobre a saúde de suas companheiras sexuais e em sua própria saúde sexual. Concluem que o serviço não satisfaz as necessidades de atenção relativas à saúde sexual e reprodutiva dos homens, sendo este serviço de atenção identificado como direcionado efetivamente às mulheres.

A partir da produção desses artigos, houve o desafio de pensar sobre como efetuar uma reflexão conjunta acerca de pesquisas inovadoras que aprofundassem esse tema ou investigações que promovessem novos assuntos de interesse, apontando para as diferentes formas de atuação de distintos sujeitos e sujeitas nesse campo de estudos.

Um dos desafios do campo da saúde, quando articuladas com a questão do gênero ou das sexualidades, passa por (re)conhecer as diferenças amplamente e, especificamente, o respeito às diferenças como um princípio estruturante da boa prática de saúde. O silêncio acerca das diferenças, assim como a patologização dos desejos e práticas tidos como “fora da norma”, conforme se pode observar nos artigos aqui elencados, exclui indivíduos e abre as portas para discriminações, exclusões, vulnerabilidades e violências diversas. O desafio que se coloca, ao cabo, é garantir uma saúde pública de qualidade, com acesso amplo e irrestrito, para todas as pessoas e, na qual todas elas estejam representadas e sejam acolhidas em suas especificidades e demandas por cuidados.

dossiê

